

Policiais são contra o “bico” e carga horária excessiva

Policiais querem reajuste do salário mínimo estadual

Diretores do SINPOL estiveram visitando as delegacias do Centro, Zonas Sul, Norte e Baixada Fluminense entre os meses de março e maio, quando foram ouvidas as queixas e sugestões dos agentes. Entre elas, o pagamento de horas adicionais, adicional noturno e elevação do menor vencimento base para R\$ 709,88 equivalente ao salário mínimo regional (Lei Estadual 6163 /12). Hoje, um Auxiliar de Necropsia recebe do estado R\$ 525,85. Essas propostas já foram encaminhadas ao secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Na mensagem do governador aprovada na Alerj, reduzindo as parcelas do reajuste concedido em 2010 de 4 para 2 anos, também foi enviado um aditamento que concedeu auxílio transporte de R\$ 100 p/mês, que está sendo pago, e um banco de horas para o pagamento das horas excedentes aos policiais civis que ultrapassarem a carga horária de 40 horas semanais previstas na Constituição Estadual.



O investigador Gustavo disse que é justo o pagamento das horas excedentes

É justo compensar o policial que trabalha a mais

Na 14ª DP (Leblon) o investigador Gustavo Porto, que trabalha no plantão, disse que todos os trabalhadores têm direito ao recebimento de horas excedentes e adicional noturno. “Nós também deveríamos receber, pois sofremos um desgaste maior que os demais servidores”. Da mesma opinião é sua colega, inspetora Michele Orlando. “Acho uma boa idéia a SINPOL lutar por esses benefícios. É justo compensar o policial que trabalha a mais para o estado. As vezes, estamos prestes a largar o trabalho quando chega uma ocorrência ou flagrante que nos obriga a ficar uma, duas, três horas além das 24h do plantão”.

Na Deat, o inspetor Clayton Carbono, disse que é plenamente favorável à implantação do Banco de Horas para pagar as horas excedentes.

– Às vezes, quando estamos num procedimento acabamos excedendo ao horário habitual, principalmente nos plantões.

“Gostei da iniciativa do SINPOL em lutar pelo pagamento das horas adicionais e do adicional noturno. Devemos ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores”, conta Vitor Macedo, inspetor da 13ª DP – Copacabana.

Decreto do “Bico” não agradou policiais

O decreto N° 43.538 de 03 de abril de 2012 que institui o regime adicional de serviços (RAS) para policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários que possibilita o serviço extra nos horários de folga e férias, não agrada a maioria dos policiais civis ouvidos pelo SINPOL.

O inspetor Carlos Gomes da 28ª DP (Caminho) disse que esse decreto não vai mudar a vida financeira de ninguém. “Nós policiais, ganhamos baixos salários e se o governador quer uma polícia séria que investiga, tem que dar mais valor. Não estou aqui para fazer vigilância, somos policiais investigativos”.

Irany Adolfo, inspetora de polícia da 24ª DP (Piedade), informou que se o policial ganhasse um salário digno, não precisaria se arriscar ainda mais nas ruas em suas horas de folga pra ganhar mais. “Quando o policial se presta a fa-



Irany Adolfo, inspetora de polícia da 24ª DP (Piedade)



Para o inspetor Nelson, o bico é confissão que o Estado paga mal



Na DEAM de Niterói policiais querem adicional noturno

zer o “bico”, ele não se desenvolve nem nas DPs nem no trabalho extra. É muito cansativo! É preciso que o governo pague bem e administre melhor”.

O inspetor José Carlos, também da 28ª DP, reclamou que até hoje não está definida a jornada de trabalho dos policiais e defendeu um sindicato único para representar a categoria. “Não concordo com esse decreto. Nunca fiz e nunca farei “bico”, ganho pouco, mas vivo com meu salário. Temos que parar também com a divisão na polícia. Vamos nos unir em um único sindicato. Quem bate palma para essa divisão é o próprio Governo.

Na Deam de Niterói, todos os policiais disseram que são a favor de melhores salários em detrimento das gratificações que perdem ao entrarem de licença, férias ou aposentadoria.

O escrivão da 76ª DP (Niterói), José Taverniso, disse que é radicalmente contra o bico. “Não é bom para o policial ter jornada dupla para ganhar mais. Se o governo quer beneficiar o policial que incorpore todas as gratificações aos vencimentos”. A inspetora Raquel Pereira, da mesma delegacia, não é a favor do bico: “Prefiro melhoria nos vencimentos”.

Na 77ª DP (Icaraí), um policial que não quis se identificar acha que o pagamento da hora adicional é mais importante que o bico. Da mesma opinião a inspetora Renata Moraes, da 77ª DP, disse que prefere incorporar as gratificações aos vencimentos.

Com o “Bico” Estado confessa que paga mal

Já o inspetor Nelson de Souza, também da 79ª DP, ponderou: “De certa maneira, é interessante por ser uma autorização para buscarmos uma condição melhor, mas, ao mesmo tempo, é uma confissão do poder público de que o salário do policial está defasado com relação a outras categorias e de que não temos a segurança devida. Com o “bico” autorizado o Estado confessa que paga mal, critica Nelson.

Na 81ª DP (Itaipu), o delegado-titular, Gabriel Ferrando, deu sua opinião sobre o assunto. “O problema é não ter transparência sobre as regras. Espero que seja algo definitivo e não paliativo. E é muito importante que seja facultativo”, declarou Ferrando.

Na Delegacia de Itaipu os policiais são contra o bico. Segundo o inspetor Fernando Fonseca Maia, quando ele entrou para a polícia havia a promessa de melhores salários. “Agora, com o bico, vamos deixar de viver”, Como é que fica nossa família? Lamentou. O inspetor Hamilton Yubi, também lotado na 81ª DP, se diz “um apaixonado pela profissão” e, por isso, está preocupado com as consequências do “bico”: “É preciso que nos paguem direito. O cara vai fazer “bico” e vai acabar largando a polícia, não vai se dedicar como devia”, afirmou Yubi. Segundo ele, esse desvio de função já tem sido comum na própria rotina da corporação. “Outro dia mesmo tivemos que participar da ‘Operação Duas Rodas’. Ou seja, em vez de fazer trabalho de policial, fizemos o serviço do Detran”.



Na 81ª DP, policiais querem dignidade salarial



Inspetora Renata - a hora adicional seria mais importante que o-bico



Comissário Nilson defende a incorporação das gratificações na aposentadoria

Policiais pedem à Alerj fim do RAS

A Comissão de Segurança Pública da Alerj, presidida pelo deputado Zaqueu Teixeira (PT), debateu no dia 31/05 com representantes do setor público e privado, Fifa, governo e empresários do setor, o decreto 43.538 de 3 de abril de 2012, do governador Sérgio Cabral, que autoriza Policiais Militares e Civis, Bombeiros e Agentes Penitenciários a fazer o “bico” em suas horas de folga.

Privatização da Segurança Pública

O deputado Paulo Ramos (PDT) foi categórico dizendo que o governador está privatizando a segurança pública, desrespeitando a saúde e o lazer de seus componentes. Pagando péssimo salário, com efetivo mínimo, o Estado quer vender segurança para quem possa pagá-la, em detrimento da população mais pobre que está cada vez mais desprotegida; O deputado coronel Jairo (PSC) disse que não conhecia o decreto, mas depois do debate ficou convencido de que precisa ser modificado. O deputado Sabino (PSC), por sua vez, afirmou que não pode concordar com uma carga excessiva de trabalho do agente público em prejuízo da atividade principal. “Se o Estado incentiva e legaliza o bico é porque reconhece que paga mal”, acrescentou Sabino. Ambos disseram que vão defender em plenário a extinção do decreto do governador que cria o Regime Adicional de Serviços (RAS).

Majoria é contra o Bico

O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, esclareceu que esta forma de melhorar o salário da categoria não agrada os policiais civis. “É preciso que o Estado remunere mais seus agentes para que não façam “bico” em suas férias ou nas folgas. O governador deve repensar a autorização desse trabalho que é ilegal. Bandeira alertou ainda, que esse decreto prejudica o desempenho da função policial e do serviço de investigação pelas horas excessivas de trabalho que terão de suportar.”

A maioria dos policiais ouvidos pelo SINPOL, em abril e maio, mostrou-se contrária ao Regime Adicional de Serviços (RAS) através do pagamento de gratificações nos horários de folga. Segundo eles, o dinheiro gasto pelo Estado seria melhor utilizado no aumento real de salários. As gratificações recebidas no “bico” não serão incorporadas aos vencimentos dos agentes, ficando excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço, férias, 13º salário, contribuição previdenciária, aposentadoria, bem como de quaisquer outras verbas remuneratórias que incidam sobre o soldo ou vencimento básico.



Franklin e Bandeira (Sinpol) debatem na Alerj